

PROCESSO - A.I. Nº 09017461/01
RECORRENTE - GERALDINO BORGES LIMA
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 3ª JJF nº 0044-03/02
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 22.05.02

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0177-11/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE, APURADA ATRAVÉS DA AUDITORIA DE “CAIXA”. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Comprovada a ausência da documentação fiscal correspondente ao valor apurado em Auditoria de Caixa, justifica-se a imposição de penalidade por descumprimento de obrigação acessória. Infração caracterizada. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 17/09/01, para exigir a multa de R\$ 600,00, por falta de emissão de documentos fiscais em operações de vendas, constatada através do Termo de Auditoria de Caixa e a Nota Fiscal regularizadora nº. 5948, anexos.

O autuado apresentou defesa pedindo a improcedência da autuação e protestando pela forma arbitrária como foi realizada a ação fiscal. Alega que o autuante “lançou mão dos numerários” que se encontravam no Caixa e “coagiu a pessoa do caixa a assinar” o Termo de Auditoria de Caixa.

Argumenta que a atitude da Fiscalização, de efetuar a contagem de dinheiro de caixa do contribuinte, é inconstitucional e ilegal e que o valor encontrado pelo preposto fiscal “não condiz com a realidade”, já que nunca deixa de emitir notas fiscais nas operações de saída que realiza.

Explica que fornece lanches, almoço e jantar e que “muitas vezes o cliente paga o seu consumo e por ser um valor irrisório não quer, não tem interesse, não espera a nota fiscal”, mas que mesmo assim anota o valor pago e, no final do expediente, soma os valores e emite as notas fiscais correspondentes. Junta fotocópias de diversos documentos fiscais emitidos nos dias 7 a 9 de setembro/01 (fls. 13 a 18) e transcreve o artigo 236, do RICMS/97 para demonstrar que age de acordo com a legislação vigente.

Finaliza dizendo que, além de vender à vista, também o faz a prazo, anotando em uma “caderneta” e de vez em quando recebe os valores que são também guardados na gaveta da máquina registradora, mas ressalta que isso não quer dizer que está vendendo sem nota fiscal. A final, pede a improcedência do lançamento.

O autuante, em sua informação fiscal, mantém o lançamento, repudia fortemente as afirmações feitas pelo contribuinte e explica que, após analisar e visar o talão de nota fiscal de venda a consumidor “suspeitou (...) da pouca emissão desse documento perante o público”, ainda mais porque já eram 14h10m e se tratava de um estabelecimento fornecedor de refeições.

Prossegue dizendo que a funcionária do contribuinte – Sra. Morci Lourdes da Silva, procedeu à contagem do numerário existente no caixa e constatou a existência de R\$120,19, o que comprova a venda de mercadorias sem a emissão do documento fiscal. Por essa razão, diz que solicitou o preenchimento da Nota Fiscal nº 5948, para regularizar a diferença encontrada, e lavrou o presente Auto de Infração para exigência da penalidade cabível.

Ressalta que, em trabalhos dessa natureza, nenhum fiscal “pega em dinheiro ou outros tipos de valores, mas sim, o preposto da firma auditada”.

VOTO DA RELATORA DA 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL NA DECISÃO RECORRIDA

“A Auditoria de Caixa efetuada pela fiscalização nos estabelecimentos varejistas, nos moldes em que está descrita no presente processo, é procedimento fiscal largamente aceito por este CONSEF, desde que seja embasado em provas e devidamente circunstanciado.

Entendo que as provas do cometimento da infração estão acostadas aos autos. O Termo de Auditoria de Caixa, lavrado pelo autuante e acostado à fl. 4, comprova que o autuado efetuou vendas, a consumidor final, sem a emissão de notas fiscais, no dia 12/09/2001, no valor de R\$120,19.

Para consubstanciar a infração, o preposto fiscal, de forma correta, exigiu que o contribuinte emitisse a Nota Fiscal – série D-1, no valor da diferença apurada e lavrou o presente lançamento, para cobrança de penalidade por descumprimento de obrigação acessória, de acordo com o § 2º, do artigo 42, da Lei nº 7.014/96.

O contribuinte se limitou, em sua peça defensiva, a protestar pela forma como foi desenvolvida a ação fiscal, com acusações sem fundamentação em provas materiais.

Alega, ainda, que, somente ao final do dia, emite o documento fiscal para regularizar as operações de saídas, todavia tal assertiva não encontra respaldo nas notas fiscais que acostou às fls. 13 a 18, uma vez que em tais documentos não consta a observação exigida pelo artigo 236, do RICMS/97, o que demonstraria que este é um procedimento corriqueiro do autuado e não uma maneira de tentar elidir a infração no presente processo.

De acordo com o artigo 236, do RICMS/97, vigente à época da infração, “nas saídas de mercadorias para consumidor, de valor até R\$2,00 (dois Reais), desde que não exigido o documento fiscal pelo comprador, será permitida a emissão de uma só Nota Fiscal de Venda a Consumidor, pelo total das operações realizadas durante o dia, *nela devendo constar a observação: "Totalização das vendas de até R\$ 2,00 (dois Reais) - Notas não exigidas pelo comprador" (grifos meus).*

Ressalte-se que o próprio contribuinte, em sua peça defensiva, afirma que “procede de forma tão natural que não tem a preocupação de fazer a observação” prevista no dispositivo acima transcrito.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração”.

RECURSO VOLUNTÁRIO

Devidamente intimada a tomar ciência do resultado do julgamento exarado pela 3ª Junta de Julgamento Fiscal, que exarou o Acórdão nº 0044-03/02 pela Procedência do Auto de Infração em tela, a empresa autuada inconformada, impetrou o presente Recurso Voluntário, cujos

argumentos e razões expostas são as mesmas argüidas e ofertadas quando da sua defesa impugnativa, sendo aqui despidiendo repeti-los.

A PROFAZ forneceu Parecer de fl. 48, nos seguintes termos:

“O presente Recurso voluntário interposto pelo autuado contra a Decisão da 3ª Junta de Julgamento Fiscal traz os mesmos argumentos já analisados e decididos no julgamento de 1ª Instância, em alguns momentos até transcrição literal da peça impugnativa. Nada mais acrescenta ou anexa as suas razões de Recurso que possam se constituir em fatos ou fundamentos novos que possibilitem a alteração do julgamento, o qual resta por perfeito e acabado.

O que fica efetivamente evidenciado é o intuito de retardar o julgamento da lide na esfera administrativa, o que denota o caráter procrastinatório do Recurso em análise. Enfim, em que pese o fato de o Recurso voluntário devolver a matéria, em sua totalidade, à apreciação desse Conselho de Fazenda, as razões oferecidas pelo recorrente são inócuas, inaptas para proporcionar a modificação do julgamento. Por esse motivo, entendemos que não deve ser provido o Recurso.”

VOTO

Diante dos argumentos e razões trazidas à lide pelo recorrente em sua peça recursal, verifiquei que de fato, como bem situou em seu Parecer a Douta PROFAZ, os fundamentos oferecidos pelo autuado/recorrente são os mesmos da sua defesa impugnativa, que foram analisados, discutidos e recebeu votação à unanimidade dos membros julgadores da 3ª Junta de Julgamento Fiscal na Decisão Recorrida.

Assim, concedo o meu voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário impetrado, face não merecer reparo a Decisão Recorrida, dado aos fundamentos ali esposados.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **09017461/01**, lavrado contra **GERALDINO BORGES LIMA**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$600,00**, prevista no art. 42, XIV-A, da Lei nº 7.014/96, com a redação dada pela Lei nº 7.438/99, modificada conforme nova redação expressa pela Lei nº 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF 09 de maio de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO - RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFAZ